

ANC
P2

Batendo de frente

22 SET 1988

Ruy Lopes

JORNAL DE BRASÍLIA

O Executivo entrou em rumo de colisão com a Constituinte. A menos que o presidente Sarney tome providências para minimizar o choque, pode sair bastante machucado do desastre que se prenuncia.

O exemplo mais gritante das posições de conflito entre os dois Poderes é o da dívida externa. Maílson vai assinar o acordo com os credores — com validade até o início do próximo milênio — dias antes da promulgação da Nova Carta, que exige a aprovação do Congresso para semelhantes atos.

Ora, parece óbvio que o objetivo do Governo é abortar o dispositivo constitucional, ao firmar compromissos que vão hipotecar o futuro de gerações sem que a representação do povo tenha condições de opinar sobre esses compromissos.

Acontece que esse esforço para antecipar-se à Nova Carta parece destinado ao malogro. O texto outorgado pela Junta Militar, ainda em vigor, sempre incluiu, no capítulo das competências exclusivas do Congresso Nacional (art. 44), a atribuição de “resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República”.

Durante a ditadura militar, os rúbulas a serviço do Executivo forjaram uma interpretação sob medida para evitar a consulta ao Parlamento. Os acordos com os credores, inventaram eles, não seriam atos internacionais, porque firmados

entre uma Nação — o Brasil — e bancos estrangeiros. Se do outro lado não havia outra nação, não se deveria falar de ato “internacional”. Não é de cabo-de-esquadra?

As oposições sempre reclamaram muito contra esse entendimento, como comprovam as dezenas de discursos feitos, naquele tempo, na Câmara e no Senado. Mas, como o Congresso era apenas um enfeite institucional para a ditadura, os tecnocratas nunca ligaram para as críticas. E continuaram endividando o Brasil, para alegria dos que recebiam juros e também dos que recebiam comissões.

Agora as coisas são diferentes, e o Congresso não vai engolir tranqüilamente a transgressão da norma constitucional. Os bons negócios com juros — e também com comissões — ficaram para trás, perdidos nos áureos tempos em que o Tony Gebauer ainda não tinha ido para a penitenciária. Logo ele, que era o todo-poderoso negociador da dívida brasileira nos Estados Unidos, e um exemplo de honestidade no trato com o dinheiro público de nosso País.

Além da questão da dívida, o Executivo caminha contra a Constituinte no que se refere ao meio ambiente, nas concessões de rádio e televisão, na reforma bancária e alguns outros pontos menores. Juntando tudo, vai ser uma trombada de frente de dois trens na mesma linha.